

## OS CONTÍNUOS EFEITOS DA COLONIALIDADE

Doutoranda Cassiana Grigoletto<sup>i</sup>

### **Resumo:**

*Nossa contemporaneidade, marcada por processos e práticas diversas, como a globalização da economia, o multiculturalismo, as constantes migrações (impostas ou livres), tem desestabilizado o caráter estável de muitas populações e culturas. Diante disso, novas pertencas se constroem e minam noções fixas de nação e de sujeito. No contexto africano de colonização portuguesa em que a literatura têm desempenhado importante papel na escrita da identidade cultural de seu povo, torna-se ainda mais significativo pensar tais questões, buscando refletir criticamente sobre os processos de negociação cultural que permeiam as encruzilhadas entre os discursos da colonialidade e da pós-colonialidade, entre eu e outro, e as sobreposições de poder. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os contínuos efeitos da colonialidade, presentes na tessitura narrativa de *O efeito estufa*, um dos contos do angolano João Melo.*

**Palavras-chave:** *Estudos Culturais; Pós-colonialidade; Identidades Culturais.*

### **1 Pensando o nosso tempo...**

As mudanças que ocorrem na cultura, decorrentes de processos políticos, históricos, geográficos, sociais, econômicos, e o modo como elas repercutem na nossa vida cotidiana toma corpo nas discussões teóricas e críticas contemporâneas que vêm apontando a possibilidade de estarmos vivenciando uma condição “pós”<sup>ii</sup>. Tempo da pós-modernidade e do pós-colonialismo.

Contudo, talvez devêssemos nos questionar se essa condição “pós” vivida pelo Ocidente é também a condição da África. Provavelmente não, pois será que podemos falar em pós-modernidade para pensarmos uma sociedade que nem ao menos historicizou sua modernidade? Será que o conceito ocidentalizado de pós-colonial serve para pensarmos a colonização na África? Pensar a África é, sobretudo, refletir sobre esses questionamentos. A trajetória do continente africano não pode ser vista como a mesma do Ocidente, nem mesmo como única, entretanto ela faz parte desse tempo e, portanto, também se vê enredada nessa história de multiculturalidade. Percebemos, por exemplo, que uma das crises desencadeadas neste nosso tempo marcado pelo “pós”, a crise identitária, está presente tanto no mundo ocidental quanto na África. Enquanto o Ocidente tenta (re)escrever sua História em meio ao *glocal* (local x global), provocada pela globalização da economia e mundialização da cultura, os povos africanos tentam saber quem são e escrever sua História, mas sem estarem isentos desse processo que assola o mundo todo.

Segundo Stuart Hall, mudanças estruturais diferentes, em particular o processo de globalização e seu impacto sobre a identidade cultural, vêm transformando as sociedades modernas no final do século XX. Essas mudanças têm fragmentado as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, representavam as sólidas localizações para nos afirmarmos como indivíduos sociais. Tais transformações mudam nossas identidades pessoais e abalam a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um “sentido de si” estável ocasiona o deslocamento ou descentramento do sujeito. Esse deslocamento é visto pelo menos como duplo, pois ocorre um descentramento dos indivíduos em relação ao “seu lugar no mundo social e cultural” e “de si mesmos”. Com isso se instaura uma “crise de identidade” para o indivíduo, pois o

que se supunha fixo e estável foi deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. Assim, a identidade do sujeito pós-moderno torna-se uma “celebração móvel”, uma vez que ela pode ser formada ou transformada continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos são representados ou interpelados nos sistemas culturais que os rodeiam. Diante disso, o sujeito pós-moderno é confrontado por uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais poderia se identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2003, p.9-13).

Ao compreender que as sociedades são caracterizadas pela “diferença”, torna-se urgente repensar o conceito de nação. Para Ruggiero Romano (1994), o modelo de nação exportado pela Europa no século XIX, que se pautava no espaço limitado por fronteiras naturais e tudo o que havia neste espaço: uma língua unitária, uma crença, um sistema político e econômico, e um certo sentido nacional, entra em crise e o conceito de nação passa a se fundamentar nos elementos de identidades que estão na cultura. Como a cultura está em constante movimento devido às mudanças nas estruturas mundiais movidas, em grande parte, pelo fenômeno da globalização e do multiculturalismo, a identidade de uma nação tem sido costurada pelas idiosincrasias, pelas diferenças, e, por isso, são descontínuas, fragmentadas, híbridas, sempre abertas e em constante processo de construção uma vez que estão sempre sujeitas a mecanismos de inclusão e exclusão.

Tal concepção parece apenas jogar luz ao “esquecimento” e “erro histórico” de que fala Ernest Renan, tomados como essenciais “na criação de uma nação” (1997, p. 161). Há mais de um século, Ernest Renan em uma conferência proferida em 1882, na Sorbonne, já apontava para a impossibilidade de caracterizar uma nação pelos limites geográficos, pela população, religião ou língua que a compõe, pois a História da civilização aponta que os processos de conquista e formação dos grandes Impérios (mesmo que estes não possam ser chamados de Pátrias) se deram por delimitações geográficas arbitrárias e sobreposições de povos, línguas e religiões que, por atos de violência, foram unificadas e, pelo esquecimento e erro histórico não foram registrados na História de construção das nações. Diante disso, para Renan uma nação pressupõe uma alma e princípio espiritual que se constituem num passado e vontade de presente comuns: “No passado, uma herança de glória e pesares a compartilhar; no futuro, um mesmo programa a realizar” (p. 173) porque a vontade comum de presente é continuar a fazer grandes coisas em conjunto, de fazer valer uma herança.

Imbuída dessa prévia compreensão de que neste tempo “pós” novas pertencas se constroem e minam noções fixas de identidade e nação, uma vez que são constantemente marcadas pela diferença, tornando o hibridismo componente inevitável da pós-colonialidade<sup>iii</sup>, é que nos propomos ler o conto *O efeito estufa*, uma das dez narrativas que compõe o segundo livro em prosa de João Melo, *Filhos da Pátria*, lançado em 2001 e editado no Brasil em 2008 pela Record. Nessa leitura, procuraremos refletir sobre os processos de negociação cultural que permeiam as encruzilhadas entre os discursos da colonialidade e da pós-colonialidade, entre eu e outro, e as sobreposições de poder, procurando, como propõe Canclini (2007, p. 115), não dissolver as diferenças, mas torná-las combináveis.

## 2 Dissipando fronteiras...

A meu ver, as novas perspectivas epistêmicas nos possibilitam lançar um novo olhar sobre o passado ao refletir e desconstruir um série de conceitos e certezas

acumuladas ao longo da História da humanidade. Assim, abandonando uma leitura inocente, podemos compreender que os fluxos culturais e migratórios surgem com processos e práticas de vida inerentes ao homem desde os primórdios de sua existência e necessidade de organização em comunidades. A História da humanidade está repleta de exemplos dos constantes deslocamentos de povos, seja na disputa por domínios territoriais, por localizações estratégicas para melhor desenvolvimento do comércio, por questões religiosas ou pela simples disputa de poder. As peregrinações armadas com a finalidade de retornar a terra santa dos turcos, as Cruzadas, para citar apenas um exemplo, estampam os resultados desses processos de deslocamento: abertura da rota marítima para o comércio entre ocidente e oriente, desenvolvimento das cidades e do comércio e incorporação de novos hábitos alimentares.

A globalização é outro fenômeno capaz de desvelar que os princípios do hoje podem ser perceptíveis no ontem. Entre os inúmeros autores que se debruçam sobre o tema, há os que localizam o início da globalização no século XVI, decorrentes do ciclo das navegações transoceânicas e os consequentes processos de colonização, enquanto outros datam a origem em meados do século XX, quando a revolução tecnológica possibilitou a articulação de mercados em escala mundial. Para Canclini (2007), a *internacionalização* que se inicia com o ciclo das navegações transoceânicas preparou terreno para a globalização, mas assim como Giddens, ele acredita que nossa geração é a primeira a experimentar uma era global. Segundo Canclini, as discrepâncias em relação à origem do processo tem a ver com as divergências quanto à sua definição: “Aqueles que lhe atribuem uma origem mais remota privilegiam seu aspecto econômico, ao passo que quem justifica a aparição recente desse processo dá mais peso a suas dimensões políticas, culturais e comunicacionais.” (2007, p. 41)

Ao mencionar tais questões, não quero igualar os processos do passado com o presente, pois nossa condição hoje é completamente diferente e, talvez, justamente por isso, em razão de nosso distanciamento crítico e histórico, alargado pelas novas teorias, podemos perceber que os contatos culturais sempre existiram, ou seja, não são exclusividade de nosso tempo. A capacidade de perceber isso pode ser um diferencial na construção epistêmica acerca do termo pós-colonial. De acordo com Inocência Mata (2003), as teorias pós-coloniais anglo-saxônicas precisam ser problematizadas quando aplicadas ao contexto de literaturas africanas de língua portuguesa, pois elas não dão conta de certas particularidades. Mesmo admitindo que existem muitas semelhanças, a autora aponta como singularidade do contexto africano de colonização portuguesa a existência de uma “elite intelectual” multirracial, de cunho anticolonial e nacionalista, capaz de perceber os trânsitos culturais ainda no período colonial, cuja “reivindicação cultural e política apenas simbolicamente antagonizava os significantes negro/branco” (p. 51-52).

A problemática toda se dá porque nem mesmo os teóricos do chamado mundo ocidental, onde tais teorias foram geradas, estão em consenso quanto à definição do termo “pós-colonial”. De acordo com Hamilton (1999), o interesse pela pós-coloniadade cresce ao longo das décadas de 80 e 90, em consonância com o surgimento dos estudos culturais, nos meios acadêmicos anglo-americanos, considerada pela grande maioria de estudiosos como o período posterior à independência política de determinada colônia. Concebidos desse modo, caberia usar os termos colonial e pós-colonial para referir-se apenas a América Latina, a África e certas partes da Ásia. No entanto, segundo Hamilton, os autores de *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial* (1989), por acreditarem que quase todos os povos já existiram sob alguma forma de colonização, “aplicam os dois

termos aos territórios dos chamados colonos brancos: isto é, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e mesmo os Estados Unidos” (HAMILTON, 1999, p.14).

Partindo das críticas elaboradas por Ella Shohat e McClintock, as quais apontam que o termo pós-colonial vem sendo utilizado equivocadamente para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente acabado, Stuart Hall, amplia a discussão

Se o momento pós-colonial é aquele que vem *após* o colonialismo, e sendo este definido em termos de uma divisão binária entre colonizadores e colonizados, por que o pós-colonial é *também* um tempo de “diferença”? Que tipo de diferença é essa e quais as suas implicações para a política e para a formação dos sujeitos na modernidade tardia? (HALL, 2011. p. 95)

Diante disso, vemos que a discussão acerca do termo aponta tanto para uma problemática cronológica quanto epistêmica. No entanto, devemos atentar que o aparentemente incômodo prefixo “pós” pode marcar tanto a ideia de fim de um evento histórico quanto o início de um certo movimento intelectual, assumindo um sentido de “ir além”. Assim, vemos a necessidade de abandonar os binarismos, bem como evitar a universalização do termo, pois os processos de colonização apresentam peculiaridades e particularidades distintas, decorrentes dos fenômenos políticos, históricos, geográficos, étnicos e culturais envolvidos. Desconstruir o binarismo é usar o termo para pensar também as sociedades colonizadoras, já que ele se refere “ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas” (HALL, 2011, p. 101), embora de forma distinta.

Para Stuart Hall (2011) a colonização desestabilizou a “ideia de mundo composto por identidades isoladas, por culturas e economias separadas e autossuficientes” (p. 110). Assim, os efeitos da pluralidade e multiplicidade dos movimentos transnacionais e transculturais, inscritos na história da colonização têm surgido de diferentes formas na nossa contemporaneidade, seja pelo fenômeno da globalização, dos fluxos migratórios, ou dos comunicacionais, para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas nessas novas formas de vida.

Parece-me que no bojo dessa discussão está a necessidade de compreender como os processos de negociação cultural entre discursos oficiais e dissidentes nos permitem “desconfiar” do fim do colonialismo, principalmente para a maioria dos países terceiro-mundistas ou “pós-coloniais” em que o colonialismo ainda vibra sob o impacto do “neocolonialismo”. Descolonizar pressupõe não apenas dismantelar os hábitos e modos de vida coloniais, mas dialogar com o passado colonial. Parece ser esse o diálogo de João Melo.

### **3 OS CONTÍNUOS EFEITOS DA COLONIALIDADE**

Dentre os vários escritores e críticos literários que defendem o uso da escrita em sociedades precarizadas, a exemplo das africanas, não apenas como função “poética”, mas também como textos cruciais no processo de formação de identidades, podemos citar a

estudiosa Inocência Mata (2003), o escritor nigeriano Chinua Achebe e o próprio João Melo, objeto de análise deste texto. Quando o escritor é questionado em uma de suas entrevistas sobre a identidade angolana, se esta não seria uma falsa questão, lucidamente responde que identidade não se impõe por nenhuma lei ou decreto, portanto, é preciso construí-la. E assim acrescenta à sua justificativa: “temos de consolidar a nossa nação. Porque, na verdade, não há povo sem identidade cultural. Os povos sabem quem são, não precisam que ninguém lhes diga quem são. E a identidade cultural normalmente define-se por oposição ao outro.” (MELO, 2013).

Desse modo, vemos na obra literária de João Melo, tanto na poesia como nos contos, uma preocupação de cunho social e político. Mesmo diante de sua vertente mais intimista, ligada ao amor, ao erotismo, o autor afirma não se desconectar do social, pois a obra não deixa de ser uma resposta à pressão e aos apelos do meio, do contexto: “Nós podemos reagir ao contexto que vivemos de maneira diferente, de maneira activa ou não. Isto é inevitável.” (MELO, 2013). Para Inocência Mata (2012), ele é um dos escritores mais “políticos” da atualidade que desvela as incongruências, inconsistências, contradições e amoralidades da sociedade angolana através do paródico, do humorístico, do satírico ou do irônico. Essa parece ser a perspectiva da obra de João Melo, escritor e ensaísta angolano do pós-independência, membro fundador da União dos Escritores Angolanos, e ocupante de posição privilegiada na sociedade por circular em várias vertentes e camadas culturais, pois é jornalista, professor, empresário do ramo publicitário e deputado na Assembleia Nacional de Angola.

O título da obra em que o conto *O efeito estufa* se insere, *Filhos da Pátria*, já nos dá pistas acerca do que podemos encontrar nesta aventura literária. Segundo o próprio autor, todos os textos se articulam em torno de uma grande reflexão, “sobre quem somos nós, angolanos, sobre a forma como nos relacionamos uns com os outros e sobre a forma como nós queremos levar o nosso país.” (MELO, 2013). Na tentativa de colorir a nação, apresenta os *Filhos da Pátria* num coro de vozes dissonantes, que contemplam as diversas faces étnicas, raciais e culturais, as vítimas da violência colonial e os diversos oprimidos, mas também os opressores, ou “neocolonizadores” na roupagem da elite que governa o país nos tempos de independência, sem deixar de fora o complexo momento histórico contemporâneo e suas idiossincrasias.

Em *O efeito estufa* (EE) a construção de uma narrativa bastante peculiar, cheia de “parênteses”, que conta com um narrador muito brincalhão e uma linguagem despojada, contribui para a construção de uma identidade cultural da sociedade angolana pós-independência, pós-guerra e multipartidária representada pelo personagem Charles Dupret, que, ironicamente, tem em seu próprio nome, a presença do hibridismo cultural, mas manifesta veemente a sua recusa a esse processo, com construções discursivas que levam ao riso. E é com ironia que o narrador de *O efeito estufa* abre o texto, como quem convida o leitor para o riso, apresentando a personagem principal como “o mais acérrimo defensor da autenticidade angolana”, apesar do nome “claramente anglo-francesado”. Charles Dupret é o único estilista preto, capaz de produzir cenas hilariantes e excêntricas, que adota como lema a frase “*Angola é um país de pretos!*”. Segundo o narrador, por ser “um preto genuíno, sem qualquer pigmento a mais ou a menos! Um verdadeiro autóctone angolano” (EE, p. 59), podia proclamá-la à vontade.

Não podemos deixar de observar que na preocupação do narrador em descrever os traços físicos característicos da personagem, contrastando com demais indivíduos angolanos, procura justificar a defesa da nação pelo critério racial, pois a construção do

narrador nos leva a compreender que apenas aos pretos genuínos é dado o direito de proclamar a angolanidade. No entanto, veremos no decorrer da análise que essa afirmação apenas constitui mais uma das construções discursivas irônicas do narrador que vai estampando ao longo da narrativa uma série de contradições enunciativas e de atitudes da personagem principal, sejam desvelados na voz do narrador ou na própria voz da personagem.

As frequentes inserções do narrador no texto parece ser traço característico do autor, pois se faz presente nos demais contos da obra. Em *O efeito estufa* o narrador vale-se de extensos parênteses para explicar fatos, acrescentar informações, dialogar com o leitor, ou emitir opiniões, referentes tanto à tessitura narrativa, quanto a questões externas. Nesse constante diálogo com o leitor, vai desvelando o seu projeto ficcional ao anunciar logo no segundo parágrafo do texto o final tragicômico da personagem, já que não é muito dado a floreios, e, logo a diante, anuncia que não gosta de Charles Dupret, portanto nem vai pintá-lo como bom pai de família e esposo dedicado, nem como filho da puta, por não lhe conhecer a mãe. Assim, deixa ao leitor o julgamento acerca dos preconceitos expressos por ele ou não: “Os leitores dirão, no final, se fiz dele um retrato sereno e objectivo ou uma mera e grotesca criatura, motivada pelos meus eventuais e humanos preconceitos.” (EE, p. 61).

Tomado pela obsessão aos valores nacionais e autóctones, o estilista compunha todo o cenário de seus desfiles com preto, cujos modelos, obviamente também todos pretos, eram anunciados pelo eloquente discurso: “*Senhoras e senhores, vão passar a seguir as pretas e os pretos autênticos de Charles Dupret, os únicos que são imunes ao efeito estufa!*” (EE, p. 62). Assim, diante de todos as constatações ou questionamentos de seus inimigos, “os cosmopolitas e luso-tropicalistas sem pátria” (EE, p. 62), Charles Dupret constrói um discurso inflamado de defesa nacional e repúdio aos colonizadores. Gostaria de apontar pelo dois momentos em que isso acontece.

O primeiro deles diz respeito a constatação de um jornalista, o qual, depois deste episódio virara seu desafeto, de que os gringos brancos são os únicos com dinheiro para comprar suas criações, que é prontamente defendida por Dupret: “*É uma questão de estratégia! [...] Temos de reaver o que esses brancos nos espoliaram durante os séculos em que nos escravizaram! Eles devem-nos muito dinheiro!...*” (EE, p. 63). Tal constatação revela a lógica perversa do nosso tempo “pós”, tanto dos rastros coloniais, que acabam por se configurar veladamente como um neocolonialismo, quanto da aparente liberdade de mercados. Falo em aparente porque bem sabemos que os efeitos da globalização, principalmente em termos econômicos, não se produz de forma semelhante para todos os povos. Ainda continuamos a ter um centro, pulverizado em mais de um talvez, que irradia seu poder econômico, cultural, epistêmico para os demais povos que acabam por assumir o papel de receptáculos desse processo. Parece-me que os processos vividos hoje se diferem dos coloniais pelo uso de violência bruta efetiva (hoje simbólica), e pelas relações de interdependência comerciais estabelecidas entre as nações.

Já que me referi a essa lógica perversa neocolonial, gostaria de abrir um parêntese, para fazer uso de uma das técnicas da estrutura narrativa de João Melo, a fim de comentar uma passagem irônica do narrador que revela o desconforto dos países terceiro-mundistas em relação à construção de uma epistemologia teórica, notadamente eurocêntrica. Trata-se do momento em que a qualidade estilística de Charles Dupret é exaltada por representar um grito de independência capaz de lançar “ar fresco ao amorfo panorama da moda local”, cujas “opções estético-epidérmicas do estilista” seriam dignas de “figurar nas revistas especializadas de todo o mundo, mas também de ser estudada por Barthes e Umberto Eco,

se acaso eles fossem capazes de olhar um pouco para lá (ou melhor, para cá) do Mediterrâneo” (EE, p. 62). Vemos que a crítica é escrachada e diz respeito ao *locus* de enunciação, pois a maioria dos teóricos anglo-saxões não tem propriedade suficiente para falar pela África, uma vez que desconhecem as “reais” histórias de cada país e assim acabam por generalizar processos coloniais, desconsiderando as inúmeras particularidades de cada espaço geopolítico.

Fecho parênteses para apresentar o segundo fato, contundente e articulador do final tragicômico da personagem. Imbuído do poder que detinha sobre os demais membros da família, Charles Dupret agia como um ditador em casa, e fazia da cabeceira norte da mesa um de seus lugares prediletos para a proclamação de seus discursos inflamados. Um dos mais surpreendentes discursos foi a proibição do bacalhau na dieta alimentar da casa. Depois de promulgada a sentença, sem dar tempo a qualquer reação da família, o estilista iniciou longo discurso que vai do xingamento do pobre animal *gadus morrhua*, nome pelo qual é conhecido no Atlântico, às vibrantes acusações contra o colonialismo: “(Um peixe que se deixa apanhar assim pelos tugas só pode ser um peixe miserável, para não dizer execrável!)” (EE, p. 65). E, mesmo quando avisado pela filha Sandra Cristina, adolescente que estudava em Londres, mas estava passando férias em Luanda, que o bacalhau era da Noruega, Charles dispara com ainda mais determinação, pois

*Como é que um peixe que tem obrigação de ser civilizado se deixa apanhar à toa pelos portugueses, esse povo atrasado à beira-mar plantado, essa raça de cambutas, que ainda ontem eram camponeses e, hoje, são pedreiros e carpinteiros...[...] Quer dizer: é com um animal alheio que os tugas nos querem continuar a colonizar e, ainda por cima, pelo estômago, que é o nosso ponto fraco, pois todo mundo sabe que somos uma cambada de subnutridos.[...] O bacalhau é o cavalo de Tróia utilizado pelos portugueses para continuarem a ter os angolanos na mão!... Com o bacalhau vem o vinho, o chouriço, as alheiras, o queijo da Serra amanteigado – enfim, todas essas porcarias que não apenas fazem mal ao colesterol, mas também à nossa identidade! (EE, p. 66-67).*

A lucidez com que João Melo parece discutir as questões nacionais e seu hibridismo latente é invejável, pois ao tocar nos hábitos alimentares nos faz ver que esse talvez seja o trânsito cultural mais evidente ao longo da história da humanidade, como vimos anteriormente, um dos resultados ainda no tempo das Cruzadas. No presente discurso de Charles Dupret fica evidente que sua defesa de Angola se dá pela recusa do colonizador, pela tentativa de construção de uma identidade cultural sem a presença do outro. Esta configura mais uma das inúmeras contradições perceptíveis ao longo de toda a narrativa que, pelo viés da ironia, leva ao cômico. O riso, conseqüente resultado da estrutura irônica de João Melo ocorre porque, “o inteligente emprego do contraste”, meio pelo qual se constrói a ironia, é facilmente identificado pelo interlocutor. Quando isso ocorre, temos o que Massaud Moisés (1988) chama de sarcasmo e este vai além do humor construtivo da ironia porque é “demolidor, impenitente” e isso induz ao cômico e ao riso. Por sua vez, segundo Vladimir Propp (1992), o cômico só se dá pelo exagero capaz de desnudar um defeito. No caso de Charles Dupret, sua defesa veemente de uma pátria angolana que recusa o hibridismo é tão absurda que o leva à loucura, considerada uma das representações pela qual mais terrivelmente se pode atribuir comicidade.

As inúmeras contradições que o texto vai desvelando se constituem no que está

presente, é evidente, mas é negado. Dentre essas contradições, poderíamos citar: o nome das personagens, claramente híbridos, mas completamente ignorados; a reprodução de atitudes que revelam resquícios coloniais ou apontam para espaços geopolíticos de poder, como ser um ditador em casa, a exigência de sentar-se à cabeceira norte da mesa, o gosto musical por Michael Jackson, o desejo de ter sido colonizado pelos ingleses, a defesa da autenticidade de estilo (quando na verdade suas criações não passavam de imitações árabes) e a escolha de modelos femininos altos e magros (privilegiando apenas os padrões de beleza europeus). Portanto, vemos nesses contrastes a divergência entre o discurso e as atitudes da personagem, os quais vão mostrando as difíceis tensões do pós-colonialismo que ainda perduram na sociedade angolana e dizem respeito ao que Inocência Mata (2102) chama de *modus operandi*, capaz de desvelar as cesuras do governo angolano pós-independência.

De todas estas contradições, creio que não podemos deixar de tecer alguns comentários às que dizem respeito à autenticidade de estilo de Dupret. Prolongando um dos parênteses, o narrador afirma ter feito uma investigação para discernir os verdadeiros fatos das intrigas do jornalista. Desta investigação, apresenta ao leitor o fato que julga mais interessante, “uma entrevista com um historiador que demonstrava, por a+b, que os trajes apresentados pelo estilista como prova insofismável da autenticidade do seu estilo não passavam de imitações de trajes de origem árabe” (EE, p. 68). A este fato o jornalista acrescenta a crítica aos “modelos femininos de estatura elevada, magros e, sobretudo, sem rabo” que demonstram “copiar servilmente os padrões de beleza europeia” (EE, p. 68). Para o jornalista, Charles Dupret despreza as virtualidades da peça anatômica, a bunda, de exportação mais antiga do país. Vemos nesta contradição mais um dos elementos que levam ao riso e a constatação de que tais modelos não eram imunes ao efeito estufa, como bradava Dupret.

Parece-me que este jornalista que passa a difamar Dupret na imprensa assume importante papel no desenho que João Melo tenta traçar da identidade cultural angolana, pois sem a explicação do narrador, os dois repentinamente se reconciliam. Assim, o jornalista escreve longo e cuidadoso artigo em defesa de Charles Dupret, no qual parece plantar algumas informações, como a expulsão da filha e da esposa de casa em nome da defesa das raízes angolanas por elas se recusarem a seguir a dieta alimentar que excluía o bacalhau, característica bem peculiar do *modus operandi* dos sistemas políticos de um modo geral.

Por fim, o fatídico término de Charles Dupret, anunciado no início do conto, é pormenorizado pelo narrador no final da narrativa: “o estilista foi visto em plena Mutamba, em cima de uma espécie de passarela colocada sobre uma fila de cinco contentores de lixo, disfarçado de Michael Jackson, com um pedaço de *gadus morrhua* em cada mão, ensaiando uma coreografia absolutamente original” (EE, p. 71). Se considerarmos o que Inocência Mata (2003) aponta como uma das características particulares da colonização africana de língua portuguesa, a existência de uma elite intelectual multirracial que desde o colonialismo percebe o hibridismo, não apenas racial, mas também cultural, não haveria outro final possível para Dupret que é incapaz de compreender os vários movimentos e trânsitos culturais que formam sua própria identidade e também de sua nação.

Com isso, vemos que a imagem da nação inscrita na produção discursiva de João Melo está metaforizada no título, pois o efeito estufa e a colonização parecem produzir os mesmos resultados: se o efeito estufa pressupõe a retenção do calor na terra, as nações que passaram por processos de colonização acabam por “reter” identidades culturais outras.



Uso o termo “reter” entre aspas, pois sabemos que as fronteiras das nações são porosas e as culturas marcadas pela heterogeneidade, mesmo a de povos colonizadores, tomando o pensamento de Said (2011) de que territórios são sobrepostos, portanto as histórias são entrelaçadas e as culturas impuras.

### **Considerações acerca do que ainda vibra...**

Se a pós-colonialidade pressupõe um diálogo com o passado colonial na tentativa de apagar os binarismos e compreender o processo de hibridismo ela também nos revela as sobreposições de poder, os efeitos da colonialidade ou, como preferem alguns autores, a existência de um neocolonialismo. Assim, diferentemente dos pós-modernistas, que carregam o passado nas costas e fixam os olhos no futuro, os pos-colonialistas encaram o passado enquanto caminham para o futuro.

Dupret não morre, permanece vibrando nas representações mímicas<sup>iv</sup> neocoloniais: “É só olhar à volta que você encontrará uma data de Charles Dupret’s pretensamente poderosos na sua arrogância, mas terrivelmente patéticos todos eles...” (EE, p.61). A impossibilidade de percepção da hidridização cultural, da reprodução mímica e das atitudes coloniais continuarão a gerar “loucos” em Angola, pois é preciso descolonizar o pensamento, como sugere Mignolo, e este só é possível num constante diálogo com o passado colonial.

Autores que procuram se desvincular de seu *locus* de enunciação e se posicionam fora do eixo eurocêntrico, como Apiiah, Inocência Mata, Fátima Mendonça, para citar apenas alguns, apontam como particularidades no processo de colonização/descolonização dos países africanos de língua portuguesa o uso da oralidade nas narrativas para fugir da lógica ocidental, o uso da língua portuguesa sem o sentimento de que a tomam emprestado do colonizador, e a capacidade de dialogar com seu passado colonial para revelar suas fissuras, rasuras, desvelando a fase utópica do nacionalismo e adentrando numa fase pós-otimista que cesura a classe governante do pós-independência e os novos processos neoimperiais, de globalização da economia e mundialização da cultura. Assim, parecem escrever a História da nação fugindo à lógica ocidental do esquecimento e do erro histórico de que fala Ernest Renan.

Escrever a História da nação, responsabilidade que João Melo acredita ser de todos, só parece ser possível num contínuo processo de compreensão das ambivalências que perpassam eu e outro, colonizador e colonizado, as sobreposições de poder e as constantes negociações culturais. Só assim, nas palavras do próprio João Melo (2013), o conceito de angolanidade faz sentido, “entendido de uma maneira aberta, dinâmica, que implica uma constante transformação.”

### **Referências Bibliográficas**

- 1] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- 2] ROMANO, Ruggiero. Algunas consideraciones alrededor de nación, estado (y liberdade) em Europa y América Centro-Meridional. In: BLANCARTE, Roberto (Org.). **Cultura e identidad nacional**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 21-43.
- 3] RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: **Plural**. Revista de Sociologia da USP.

São Paulo: n. 4, p. 154-175, I sem. 1997.

4] MELO, João. **Filhos da pátria**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

5] CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

6] MATA, Inocência. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In.: LEÃO, Ângela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias: Literaturas Africanas de Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2003.

7] HAMILTON, Russell. As literaturas nos PALOP e a teoria pós-colonial. In: **Revista Via-Atlântica** – Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, n. 3, p.13-22, São Paulo, 1999.

8] HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

9] MELO, João. **Eu defendo que o escritor deve ter a liberdade de escrever sobre tudo o que quiser e da maneira que entender**. Disponível em <<http://www.ueangola.com/index.php/entrevistas/item/383>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

10] MATA, Inocência. Literatura e política em Angola, hoje: uma leitura da produção ficcional contemporânea. In: **Matraga 31**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras UERJ. Rio de Janeiro: v.19, n.31, p. 25-44, jul./dez. 2012.

11] MASSAUD, Moisés. **Dicionário de termos literários**. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

12] PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

13] SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

---

i Cassiana GRIGOLETTO, Doutoranda da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
cassiana.grigoletto@gmail.com

ii Muitos autores têm se debruçado sobre esse assunto e, mesmo sem haver consenso entre suas ideias, parecem não discordar quando se trata do apontamento de mudanças nos campos políticos, econômicos e sociais como responsáveis pelas transformações das sociedades modernas. Ver BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001 e HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. Para Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, essa condição “pós”, que prefere chamar de modernidade líquida, fluida ou segunda modernidade, teria começado a surgir desde o projeto da primeira modernidade que começou a derreter os sólidos, as certezas existentes até então, e buscou a emancipação do indivíduo da força coercitiva do Estado. Já Harvey defende a tese de que uma mudança significativa nas práticas culturais e político-econômicas vem ocorrendo aproximadamente desde 1973 (ano da primeira grande crise recessiva do capitalismo no pós-guerra), devido à compressão do tempo e do espaço e à necessidade emergente de modos mais flexíveis de acumulação do capital. É o momento da globalização da economia e descentralização do poder.

iii Para Walter Mignolo [**Histórias locais, projetos globais: colonialidade**, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003] o termo “pós-colonialidade”, embora usado por poucos, refere-se a novas formas de colonialidade, significando, portanto a continuidade do processo colonial mesmo depois da independência, uma vez que “é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do ‘sistema mundial moderno’ e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geoióricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos” (p.136).

iv Para Bhabha [BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013], a mímica é uma das estratégias mais ardilosas e eficazes do poder e do saber coloniais porque se configura num desejo interdito, cujo discurso é construído em torno de uma ambivalência: “a mímica colonial é o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente” (p. 146). Se a mímica colonial de que fala Bhabha, sob o disfarce da camuflagem, assim como o fetiche que imita as formas de autoridade ao mesmo tempo que as desautoriza, rearticula a presença colonial em termos da alteridade, aquilo que recusa, entendemos as atitudes e os discursos da personagem Charles Dupret como mímicas neocoloniais.